



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil



ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA A INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixos Temáticos:

1. INTEGRAÇÃO DAS SOCIEDADES NA AMÉRICA LATINA
2. EDUCAÇÃO PARA O DESENVOLVIMENTO LATINO-AMERICANO:
SUAS MÚLTIPLAS FACES
3. PARTICIPAÇÃO: DIREITOS HUMANOS, POLÍTICA E CIDADANIA
4. CULTURA E IDENTIDADE NA AMÉRICA LATINA
5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA
6. CIÊNCIA E TECNOLOGIA: PRODUÇÃO, DIFUSÃO E APROPRIAÇÃO
7. POLÍTICAS PÚBLICAS PARA O DESENVOLVIMENTO SOCIAL
8. MIGRAÇÕES NO CONTEXTO ATUAL: DA AUSÊNCIA DE POLÍTICAS
ÀS REAIS NECESSIDADES DOS MIGRANTES
9. MÍDIA, NOVAS TECNOLOGIAS E COMUNICAÇÃO

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho 2012
Curitiba - Brasil

ANAIS



III CEPIAL

CONGRESSO DE CULTURA
E EDUCAÇÃO PARA INTEGRAÇÃO
DA AMÉRICA LATINA

Semeando Novos Rumos

Eixo 5

**“MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE,
CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA”**

www.cepial.org.br
15 a 20 de julho de 2012
Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

MR5.1.- Mudanças Globais, Mudanças Climáticas e impactos socioambientais

EMENTA O modelo de desenvolvimento econômico e as formas de apropriação da natureza estão na gênese das crises socioambientais contemporâneas e, portanto, das mudanças climáticas globais (MC). Mesmo eivada de fortes controvérsias, donde alta complexidade, as MC podem levar a humanidade a conviver com impactos em diferentes escalas e profundidades sobre a biosfera, os biomas, os diversos ecossistemas terrestres e as próprias sociedades humanas. Contudo, ainda que considerados os importantes avanços das ciências da atmosfera sobre o tema, pairam ainda importantes e desconcertantes questões sobre o futuro do clima e, portanto, sobre o futuro das sociedades.

Coordenador: Francisco Mendonça – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Hugo Romero: Universidad de Chile - (CHILE)

Paulo Artaxo: Instituto de Física da Universidade de São Paulo - (USP - BRASIL)

Luiz Carlos Molion: Meteorologista e professor da Universidade Federal de Alagoas - (UFAL - BRASIL)

German Palácio: Universidad Nacional de Colômbia - (UNC - COLÔMBIA)

RESUMOS APROVADOS

RESPONSABILIDADE CIVIL DAS USINAS NUCLEARES NO CASO DE ACIDENTES NUCLEARES CAUSADOS POR CATÁSTROFES NATURAIS (autor(es/as): **Ana Carolina Rosseto Rossetti**)

AQUECIMENTO GLOBAL NO CONTEXTO DA SOCIEDADE DO RISCO: MITO OU REALIDADE? (autor(es/as): **ELIAS MARCOS GONÇALVES DOS SANTOS**)

INDICADORES SOCIOAMBIENTAIS PARTICIPATIVOS: CONTRIBUIÇÕES NA PREVENÇÃO DE DESASTRES NATURAIS NA MICROBACIA DO RIO SAGRADO, MORRETES (PR). (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.2.- Cidades: qualidade, condições e situações de vida

EMENTA

O conceito de Meio Ambiente e qualidade de vida pressupõe um lugar ou um espaço humanizado, não hostil, onde se possa pensar uma concepção humanista subjacente à construção da subjetividade que seja capaz de nos conduzir a uma sociedade mais amorosa, mais solidária e mais humana. A partir desse paradigma, o conceito de espaço social se reveste de grande importância pois é o locus onde se produz a vida em todas as suas dimensões e a qualidade de vida se coloca nessa perspectiva. Partindo da premissa de que todo o ser humano tem direito aos bens materiais e imateriais, a qualidade de vida coloca-se como uma referência no estabelecimento de estratégias para o entendimento e planejamento dos ambientes onde vivem os seres humanos.

Coordenadores: Geraldo Milioli e Teresinha Maria Gonçalves – Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina - (UNESC – BRASIL)

Milena Rincon Castellanos: Pontificia Universidad Javeriana – (PUJ - COLÔMBIA)

Izês Regina de Oliveira: Universidade do Extremo Sul de Santa Catarina (UNESC – BRASIL)

Flávio Gomes Ferreira: Universidade federal de Santa Catarina - (UFSC – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

Os problemas socioambientais de uma cidade amazônica (autor(es/as): **Adriana Ramos dos Santos**)

Turismo nos espaços urbanos: implicações nas dimensões sociais do lazer e da cultura. (autor(es/as): **Aline Dornelles Madrid**)

EDUCAÇÃO AMBIENTAL, DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL E OS PROBLEMAS SOCIOAMBIENTAIS NA REGIÃO CARBONÍFERA CATARINENSE: O CASO DO BAIRRO FORQUILHA, TREVISÓ – SC (autor(es/as): **Amanda Bellettini Munari**)

OS CATADORES DE MATÉRIAS RECICLÁVEIS: ENTRE A PANACEIA DO DISCURSO ECOLÓGICO E A SIMPLES SOBREVIVÊNCIA (autor(es/as): **ERICA PELLUCCI BARRETO MAROTTA**)

DIREITOS HUMANOS, MEIO AMBIENTE E DIREITO DAS CIDADES: uma interrelação necessária para o desenvolvimento de uma urbanização sustentável (autor(es/as): **Fátima Fagundes Barasuo Hammarstron**)

CONCENTRAÇÃO E DISTRIBUIÇÃO DO BORO EM ESPÉCIES FLORESTAIS DO SETOR DE CIÊNCIAS AGRÁRIAS DA UNIVERSIDADE FEDERAL DO PARANÁ E SUA INFLUÊNCIA NO AMBIENTE LOCAL (autoes(es/as): **GIOVANNINO RADEL DE VARGAS**)

EDUCAÇÃO ECOLÓGICA CONTRIBUINDO NO DESENVOLVIMENTO DE CIDADES MAIS SEGURAS (autor(es/as): **Joamara Mota Borges**)

AValiação DO TEOR DE FERRO NAS FOLHAS DE CINCO ESPÉCIES FLORESTAIS, COMO INDICADOR DA QUALIDADE DO AR (autor(es/as): **Jonas Eduardo Bianchin**)

CONFLITOS SOCIOAMBIENTAIS NAS “MARGENS” DA CIDADE DE CURITIBA: ANÁLISE DOS CASOS “ITAQUI”, “ILHA” E “GRACIOSA” (autor(es/as): **Kenneth Dias dos Santos, Leandro Franklin Gorsdorf**)

INDICADORES SOCIOCULTURAIS E SUSTENTABILIDADE: SITUAÇÕES DE VIDA E SISTEMAS ORGÂNICOS DE PRODUÇÃO NO VALE DO TAQUARI, RIO GRANDE DO SUL/BRASIL (autor(es/as): **Valdir Jose Morigi**)

PLANEJAMENTO URBANO E AMBIENTAL DAS PEQUENAS CIDADES, UM ESTUDO DE CASO DE BELA VISTA DO TOLDO, SC (autor(es/as): **Vanessa Maria Ludka**)

RECURSOS HÍDRICOS E O URBANO. RELAÇÃO PROBLEMÁTICA E SOLUÇÕES PROPOSTAS (autor(es/as): **Yasmin Viana Ribeiro de Almeida**)

ÁGUA COMO DIREITO FUNDAMENTAL: REFLEXÃO ACERCA DA NECESSIDADE DE REGULAÇÃO E GESTÃO TRANSNACIONAL (autor(es/as): **FERNANDA SERRER SCHERER e MARCOS PAULO SCHERER**)

MR5.3.- Educação socioambiental: natureza, cultura e teorias sociais

EMENTA

Filosofia da Natureza. Diversidade cultural Possibilidades e desafios de uma Educação Socioambiental. Diálogo das Ciências Sociais com a Educação Socioambiental. Cultura e Práticas socioeducativas ambientais.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

EIXO 5. MEIO-AMBIENTE: QUALIDADE, CONDIÇÕES E SITUAÇÕES DE VIDA

Coordenadora: Maria do Rosário Knechtel – Programa de Pós-Graduação em Meio Ambiente da Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)
Ana Teresa dos Reis: Universidade de Brasília - (UNB – BRASIL)
Christian Henrique Zuñiga: Universidad Austral de Chile – (UAC - CHILE)
José Edmilson de Souza Lima: Faculdades Associadas de Ensino (FAE – BRASIL)
Antonio Guerra: Universidade Vale do Itajaí - (UNIVALI – BRASIL)

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL COM ENFOQUE DOS RESÍDUOS SÓLIDOS EM UMA COMUNIDADE RURAL (autor(es/as): ANA KARLA PAZDA)
HISTÓRIA AMBIENTAL-OLHARES SOBRE AMÉRICA LATINA (autor(es/as): Carlos Odilon da Costa)
A EDUCAÇÃO AMBIENTAL E O EGRESSO EM ENGENHARIA AMBIENTAL: UM ESTUDO DE SUA CONTRIBUIÇÃO NO ÂMBITO DA REGIÃO SUL CARBONÍFERA CATARINENSE (autor(es/as): Gláucia Cardoso de Souza)
APLICAÇÃO DE TÉCNICAS DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DE NASCENTES EM PEQUENAS PROPRIEDADES AGRÍCOLAS NO MUNICÍPIO DE CAMPO MOURÃO – PR. (autor(es/as): Jefferson de Queiroz Crispim)
IMPLANTAÇÃO DE TECNOLOGIAS ECOLÓGICAMENTE ADEQUADAS NA CASA FAMILIAR RURAL DE IRETAMA – PR (autor(es/as): Jose Antonio da Rocha)
RELAÇÃO SOCIOAMBIENTAL NO MUNDO CONTEMPORÂNEO (autor(es/as): Luiz Arthur Conceição e Girolamo Filippo Variola)
METODOLOGIAS PARA O ENSINO DA GEOGRAFIA DA SAÚDE NA EDUCAÇÃO BÁSICA (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
UMA PROPOSTA METODOLÓGICA PARA O ENSINO DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO ENSINO MÉDIO (autor(es/as): Ramon de Oliveira Bieco Braga)
EDUCAÇÃO AMBIENTAL E A PARTICIPAÇÃO DE ATORES SOCIAIS NA CONSTRUÇÃO DE RACIONALIDADE PAUTADA NA ÉTICA AMBIENTAL (autor(es/as): Rosana Cristina Biral Leme)
ANÁLISE DO PROCESSO DE GERENCIAMENTO E GESTÃO DOS RESÍDUOS DOMÉSTICOS DO MUNICÍPIO DE MAMBORÊ-PR (autor(es/as): SILVANA DE JESUS GALDINO)
O USO DE TECNOLOGIAS PARA UMA EDUCAÇÃO SOCIOAMBIENTAL (autor(es/as): Valkiria Trindade de Almeida Santos)

5.4. Conhecimento Local e Meio Ambiente: Abordagens Participativas e pluralistas da diversidade Socioespacial

A abordagem complexa dos saberes locais, isto é, das compreensões e práticas distintas sobre o mundo natural (TOLEDO e BARRERA-BASSOLS, 2010), emerge do contexto de crise paradigmática da ciência moderna e da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Incluímos nessa categoria o patrimônio material e imaterial de coletividades que, desde seus territórios, buscam resistir e reafirmar suas identidades frente à modernização e racionalização de suas realidades. Parte-se, portanto, da necessidade de abertura ao diálogo com outros saberes. Nesse contexto dialógico, questiona-se “até que ponto é possível chegar a reconstruir cientificamente um sistema de pensamento ou de classificação da natureza de indivíduos pertencentes a sociedades culturais diferentes?” (VIERTLER, 2002: 21); trata-se, talvez, de um método interpretativo do discurso e das práticas sociais, tal como são os saberes científicos e não científicos (FLORIANI, 2010). Fala-se, então, na necessidade de um método para abordar a ciência do “OUTRO”, isto é, de uma ciência possuída por uma cultura específica, ou melhor, de etnociência baseada em uma densa descrição da ciência do outro, construída a partir do referencial da academia (CAMPOS, 2002); Assim sendo, a abordagem complexa deve possibilitar a interpretação acadêmica do saberes locais sobre o mundo natural apoiando-se em na união de métodos e técnicas oriundos de outros ramos científicos (da psicologia, da antropologia, da sociologia, da linguística, da ecologia, da geografia, etc.) de forma a permitir a interpretação das narrativas (da ciência e dos saberes locais) acerca dos fenômenos espacial (o território da comunidade) e temporal (o tempo social e biológico) que configuram a sociogeobiodiversidade latino-americana.

RESUMOS APROVADOS

A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR (autor(es/as): ALCIMAR PAULO FREISLEBEN)
ESTUDO DO PATRIMÔNIO COGNITIVO AGRÍCOLA E ECOLÓGICO NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL, PARANÁ: ABORDAGENS ETNOCIENTÍFICA E GEOGRÁFICA (autor(es/as): Andrea Aparecida Inacio da Silva)
TERRITÓRIO, TRABALHO, MEIO AMBIENTE E A GARANTIA DA ALIMENTAÇÃO NA PERCEPÇÃO DOS QUILOMBOLAS DE JOÃO SURÁ (autor(es/as): ANDRÉIA OLIVEIRA SANCHO CAMBUY)
CÓDIGO FLORESTAL AMBIENTAL FEDERAL E ESTADUAL: UM ESTUDO DOS IMPACTOS ECONÔMICOS ADEQUADOS NO ESPAÇO GEOGRÁFICO DE IRINEÓPOLIS-SC (autor(es/as): CARLOS ROBERTO RODRIGUES DA SILVA)
PRÁTICAS, TÉCNICAS E GEOSÍMBOLOS DA CULTURA DA PESCAAMADORA NA PAISAGEM FLUVIAL DO PITANGUI-JOTUVA - REGIÃO DOS CAMPOS GERAIS, PARANÁ (autor(es/as): Carlos Roberto Scheibel)
PROGRAMA DE EXTENSÃO FORTALECIMENTO DOS MODOS DE VIDA DO CAMPO: EXPERIÊNCIAS DE ABORDAGENS PARTICIPATIVAS (autor(es/as): Cristiane Mansur de Moraes Souza)
ABORDAGEM ETNOPEDELOLÓGICA ACERCA DOS SOLOS DO SUBSISTEMA 'TERRA DE PLANTAR' NO FAXINAL TAQUARI DOS RIBEIROS, RIO AZUL – PR (autor(es/as): Juliano Strachulski)
Las transformaciones socio-espaciales de la integración suramericana en territorios amazónicos de frontera: formas de producción de exclusión, dominación y pobreza (autor(es/as): Milson Betancourt)
Controvérsias socio-ambientais na criação do Parque Nacional da Serra do Itajaí. (autor(es/as): Sandy Rafaela Krambeck)

5.5. A questão ambiental na América Latina: Produção discursiva e conhecimento científico

Nas últimas décadas, as instituições acadêmicas, atores governamentais e não governamentais latino-americanos tem incrementado sua produção de conhecimento sobre os mais diversos aspectos atinentes ao debate das questões ambientais da América Latina. O debate sobre o conteúdo desta produção científica e discursiva vem interessando alguns dos pesquisadores e analistas sobre algumas dessas questões, tais como biodiversidade, energia, produção de alimentos, usos dos recursos naturais, conflitos socio-ambientais, políticas públicas, educação ambiental, governabilidade e gestão ambiental, práticas sustentáveis, legislação ambiental, gestão dos territórios, agroecologia, produção familiar e agricultura sustentável, políticas industriais e sustentabilidade, planejamento urbano e conflitos ambientais, etc. Fazer um balanço dessa produção de conhecimento, bem como os usos sociais e as diferentes concepções que emergem daquela produção é um dos principais objetivos desta mesa redonda.

www.cepial.org.br

15 a 20 de julho de 2012

Curitiba - Brasil

RESUMOS APROVADOS

EDUCAÇÃO AMBIENTAL: estratégia para auxiliar a reduzir os impactos ambientais decorrentes dos diversos tipos de poluição (autor(es/as): **Ana Cristina Schirlo**)

A CONSTITUIÇÃO DO SUJEITO ECOLÓGICO NO CINEMA (autor(es/as): **Clarissa Corrêa Henning**)

ECONOMIA E MEIO AMBIENTE: ANÁLISE QUANTITATIVA NOS CURSOS DE PÓS-GRADUAÇÃO NA ÁREA DE ECONOMIA NO BRASIL (autor(es/as): **Francisco Salau Brasil**)

PERCEPÇÃO E REPRESENTAÇÃO: INSTRUMENTO PARA ENTENDER A DEGRADAÇÃO AMBIENTAL (autor(es/as): **Nilva Giane Trajano Gonçalves**)

O MERCOSUL E UNASUL: UM OLHAR SOBRE A AGENDA AMBIENTAL LATINO-AMERICANA (autor(es/as): **Sigrid de Mendonça Andersen**)
TECNOLOGIAS AMBIENTAIS, SISTEMAS REGIONAIS DE INOVAÇÃO E DESENVOLVIMENTO REGIONAL. (autor(es/as): **Thierry Molnar Prates**)

Socioambiental: O Discurso presente na política e no mercado (autor(es/as): **Gabriel Ferreira carvalho**)

POLÍTICAS DE TURISMO E PARTICIPAÇÃO SOCIAL: CONTRIBUIÇÕES PARA O DESENVOLVIMENTO REGIONAL SUSTENTÁVEL (autor(es/as): **Isabel Jurema Grimm**)

MR5.6. – Ruralidades, Meio Ambiente e Novos Atores

As dinâmicas dos processos sociais vinculadas à problemática socioambiental, no que se refere à constituição de um novo campo de abordagem sobre a agricultura, tem sido interpretadas à luz de teorias e métodos interdisciplinares. Assim, as novas ruralidades permitem interpretar novos espaços de confluência entre atores que constroem suas estratégias de ação, levando em conta uma outra ressignificação da natureza, da cultura e das práticas materiais.

Coordenador: Osvaldo Heller da Silva – Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Álfo Brandenburg: Universidade Federal do Paraná - (UFPR – BRASIL)

Horacio Machado Araújo: Unión de Asambleas Ciudadanas (UAC - ARGENTINA)

Arlson Favareto: Centro de Engenharia, Modelagem e Ciências Sociais Aplicadas da Universidade Federal do ABC – (CECS/UFABC - BRASIL)

Juan Sánchez: Universidad de Lagos - (UNILAG – CHILE)

RESUMOS APROVADOS

RISCOS E VULNERABILIDADES EM ASSENTAMENTOS RURAIS NO ESTADO DA PARAÍBA (autor(es/as): **Alan Ripoll Alves**)

DA MATA NATURAL AO EUCALIPTO: ARACRUZ CELULOSE/FIBRIA (autor(es/as): **BRENA DE CASTRO COSTA**)

CONTEXTUALIZANDO A ESCOLA LATINO AMERICANA DE AGRONECOLOGIA E SUA INTERFACE COM GÊNERO E EDUCAÇÃO (autor(es/as): **Tereza Lopes Miranda**)

O DIREITO DE TER DIREITOS: PRÁTICAS DE CIDADANIA EM COMUNIDADES RURAIS DE RONDÔNIA (autor(es/as): **ELISANGELA FERREIRA MENEZES**)

CAMPONESES E RELIGIOSIDADE: A TERRITORIALIDADE DOS GRUPOS DE EVANGELIZAÇÃO NA COMUNIDADE DO CRAVO (autor(es/as): **RAFAEL BENEVIDES DE SOUSA**)



A TEMÁTICA DA EDUCAÇÃO AMBIENTAL NO CONTEXTO DO COLÉGIO ESTADUAL BOM JESUS NO MUNICÍPIO DE BOM JESUS DO SUL-PR

Alcimar Paulo Freisleben¹

Loreci Salete Pavnoski²

RESUMO: A sociedade nos dias atuais exige um cidadão consciente, participativo e responsável, uma vez que o modo de vida irresponsável e o consumo desenfreado tem causado a insustentabilidade do planeta. Diante disso a educação aparece como um instrumento de formação do cidadão. Para isto é fundamental uma Educação Ambiental crítica e transformadora. Uma educação voltada a transformação social e não apenas como um instrumento de defesa ambiental e da cidadania. Sendo assim, a consciência ecológica está conectada à conservação do ambiente, gerando novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade, propiciando um conhecimento prudente, questionando e problematizando os paradigmas científicos com base no que foi constituída a civilização moderna. Com efeito, é possível compreender a Educação Ambiental como um processo de construção de valores sociais, de conhecimentos e atitudes voltadas para a conservação do ambiente pela coletividade no decorrer da história. O presente trabalho aborda como está inserida a temática da Educação Ambiental, no Projeto Político Pedagógico e no dia-a-dia dos alunos do Colégio Estadual Bom Jesus.

Introdução

A presente pesquisa foi realizada no Colégio Estadual Bom Jesus, situado no município de Bom Jesus do Sul - PR. O colégio iniciou seus trabalhos em 1957 e atualmente atende uma média de 397 alunos, nos turnos: matutino (7 turmas de Ensino Médio), vespertino (5 turmas do Ensino Fundamental/Séries Iniciais) e noturno (2 turmas do Ensino Médio).

A filosofia do colégio pode ser resumida da seguinte forma: “Formar sujeitos capazes de compreender, analisar e interagir na própria realidade buscando constantemente o crescimento e o aperfeiçoamento pessoal e profissional”.

O município de Bom Jesus do Sul – PR, possui 4.171 habitantes, de acordo com o último senso demográfico, que residem em sua grande maioria na zona rural e exercem atividade econômica basicamente agrícola, portanto, a maioria dos alunos matriculados neste estabelecimento de ensino é proveniente do interior do município e depende do transporte escolar.

¹Mestrando do curso de Pós-Graduação *Strictu Sensu* em Geografia da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE – Campus de Francisco Beltrão. E-mail: uttamadesign@gmail.com

²Licenciada em Geografia na UNIOESTE, Francisco Beltrão – PR - E-mail: lorecaavagnoli@hotmail.com



Os pais dos alunos, na sua grande maioria, são formados no Ensino Fundamental, e participam regularmente das atividades escolares, anseiam que os filhos, através do estudo, consigam melhorar suas condições de vida, tendo acesso as diferentes formas de informações e formação, e também a concorrer às vagas no mercado de trabalho ou ter acesso às novas tecnologias para serem aplicadas em suas propriedades rurais, em prol do crescimento pessoal e profissional.

Com o objetivo de diagnosticar a ocorrência de trabalhos relacionados à Educação Ambiental, foi realizada uma pesquisa no Projeto Político Pedagógico da escola. E a partir disso apontou-se caminhos para o desenvolvimento da mesma.

O Projeto Político Pedagógico na escola tem a finalidade de estruturar a organização do trabalho escolar, visando atingir objetivos educacionais pré-definidos. Daí a importância que o Projeto Político Pedagógico tenha ações de educação ambiental para que os problemas ambientais sejam compreendidos. A não abordagem destes temas faz com que os mesmos não sejam compreendidos e analisados de forma crítica, por professores e alunos. O professor por falta de interesse e tempo e os alunos por não serem bem dirigidos, não dão real valor aos problemas ambientais.

Educação Ambiental

A conexão com conceitos e pressupostos teóricos da ciência ecológica sempre foi o eixo norteador da Educação Ambiental (EA), apresentando desde a origem, uma forte matriz no ambientalismo. Soma-se a isso à proposição de Carvalho (2001) de que a Educação Ambiental se situa na confluência dos campos ambiental e educativo, porém não emergiu das teorias educacionais o que implica estar mais relacionada “[...] aos movimentos ecológicos e ao debate ambientalista do que propriamente ao campo educacional e à teoria da educação” (CARVALHO, 2001, p. 46) . Assim, é da tradição ambiental, das heranças e perspectivas culturais e da força criadora que animam o campo da educação ambiental que provêm a maior parte dos valores éticos e políticos.

No campo da educação incorpora-se o adjetivo “*ambiental*”, assinalando educação para o meio ambiente; surge como resposta à problemática ambiental, que busca formar educadores que levem em conta a diversidade de olhares sobre o mundo, na tentativa de reintegrar sociedade, natureza, aceitação, reconhecimento e valorização da diversidade cultural.

No entanto, denuncia-se, desde já, que a EA não deve ser idealizada como “panacéia salvacionista” mas, como uma via de acesso para a construção de uma



sociedade mais crítica e reflexiva.

Sob reflexos do cenário mundial, a EA no Brasil, emerge na década de 1980 com a crescente institucionalização no cenário das políticas públicas, podendo ser destacadas: a Lei Federal n. 6.938/81, que estabelece a Política Nacional do Meio Ambiente, em que a Educação Ambiental é situada como um dos componentes que contribui na solução dos problemas ambientais e ofertada em todos os níveis de ensino (EA formal) e na comunidade (EA não-formal), consolidando a política ambiental do País e a Constituição Federal de 1988, que destaca, no Artigo 225, capítulo VI, o meio ambiente, abordando a promoção da EA em todos os níveis de ensino e conscientização pública para a preservação do meio ambiente.

No caminho do fortalecimento da educação ambiental no cenário brasileiro, foram criadas as Redes de Educação Ambiental, no intuito de integrar e articular instituições e pessoas para que formem elos regionais e locais na difusão e na discussão da temática, por meio de encontros, oficinas e divulgação da informação ambiental, como a Rede Brasileira de Educação Ambiental (REBEA), Rede Paulista de Educação Ambiental (REPEA) Rede de Educação Ambiental da Região Sul (REASul), da Rede de Educação Ambiental do Paraná (REA-PR), entre outras (MORALES, 2000, p 05).

Em decorrência dos compromissos assumidos na Conferência Internacional da Rio-92 e da Constituição Federal de 1988, no ano de 1994, foi inspirado o Programa Nacional de Educação Ambiental (PRONEA), elaborado em conjunto com o Ministério de Meio Ambiente (MMA) e o Ministério de Educação e Cultura (MEC). O PRONEA caracterizou-se como um dos avanços significativos na institucionalização da EA no País, na perspectiva de aprofundamento e sistematização, bem como de nova visão da relação ser humano e natureza ao evidenciar a compreensão integrada do meio ambiente.

Com a publicação da Política Nacional de Educação Ambiental, Lei n.9795/99, se impulsiona ainda mais o caráter interdisciplinar, sistêmico e integrador. Apenas em 2002 há a regulamentação da Lei n.9795/99 e do Órgão Gestor da Política Nacional de Educação Ambiental, que definem as bases para a sua execução. Fica explícito que a EA é ainda muito inconsistente no ambiente político, dependendo dos interesses de cada representante partidário vigente no âmbito nacional.

Para Morales (2000) ao tratar da institucionalização da EA no Brasil, se supõe o entendimento da dinâmica ao longo do tempo, remetendo a cruzamento de um feixe de discursos e ações que, gradualmente, se constitui em uma área de saber particular. Assim, por meio de programas institucionais, políticas públicas, conferências, organizações governamentais e não-governamentais e grupos civis e empresariais, é que



se configura o processo formativo da EA, porém, muitas vezes, em processo conflitante, de modo descontínuo, contraditório e precário, fruto talvez das inúmeras concepções de EA que surgiram nos últimos anos.

Entende-se por Educação Ambiental os processos por meio dos quais o indivíduo e a coletividade constroem valores sociais, conhecimentos, habilidades, atitudes e competências voltadas para a conservação do meio ambiente, bem de uso comum do povo, essencial a sadia qualidade de vida e sua sustentabilidade (Lei 9.795, Cap I. Art.I.).

A Constituição Federal estabeleceu o ensino da Educação Ambiental nas modalidades de ensino na Educação Básica, Média e Superior, na educação formal, pois através desta será um caminho para a conscientização e sensibilização ambiental e também pelo fato de abranger um grande público que atuarão como multiplicadores.

A forma como nos relacionamos com o meio ambiente à nossa volta está diretamente ligada a qualidade de vida que nós temos. Dessa forma, é função da Escola usar intensamente o tema “meio ambiente” de forma transversal através de ações reflexivas, práticas ou teóricas, para que o aluno possa aprender a amar e respeitar tudo que está a sua volta, incorporando dessa maneira, desde a mais tenra idade, a responsabilidade e respeito para com a natureza.

Esse é o papel da Educação Ambiental que, além de tratar de assuntos relacionados à proteção e uso racional dos recursos naturais (solo, ar, água, flora e fauna), também deve estar focada na proposição de idéias e princípios que possibilitem a construção de um mundo sustentável.

A Lei Federal nº 9.795, de 27 de abril de 1999, através de artigo 2º diz:

A Educação Ambiental é um componente essencial e permanente da educação nacional, devendo estar presente, de forma ambiental é reconhecer o papel que cada um de nós tem na proteção de todos os lugares onde a vida nasce e se organiza. É querer auxiliar as pessoas ao nosso redor. É reconhecer a necessidade de vivermos em harmonia com a terra, as águas, as plantas, os articulada, em todos os níveis e modalidades do processo educativo, em caráter formal e não-formal (CONSTITUIÇÃO,1999).

A Educação Ambiental busca abrir os nossos olhos, mostrando que o ser humano é apenas mais uma parte do meio ambiente em que vive. Ela se contrapõe; segundo Cavalheiro (2008); às idéias antropocêntricas, que fazem com que o homem se coloque egoisticamente como o centro do universo, esquecendo, muitas vezes, da importância dos demais componentes da natureza.

Através da implantação do Projeto de Educação Ambiental na Escola espera-se



criar condições favoráveis para garantir o envolvimento e participação de todos (Escola, família e comunidade), utilizando-se para isso de ações que visam melhorar a qualidade de vida e orientar o uso racional dos recursos e serviços que a natureza nos dispõe. Assim, espera-se modificar de forma significativa o modo de pensar e as posturas individuais, familiares e coletivas para a construção de um mundo melhor para todos nós.

Para Cavalheiro (2008) a educação é uma forma de transformação social e não apenas um instrumento de defesa ambiental e da cidadania. Sendo assim a consciência ecológica está conectada a utilização sustentável dos recursos naturais, gerando novos princípios, valores e conceitos para uma nova racionalidade, questionando e problematizando os paradigmas científicos com base no que foi constituída a civilização moderna. Assim, é possível compreender a Educação Ambiental como um processo de construção de valores sociais, de conhecimentos e atitudes voltadas para alternativas sustentáveis de desenvolvimento.

Para Leff (2001) a racionalidade ambiental precisa ser construída sob uma nova ética entre a existência humana e a transformação social voltada a uma reorientação do progresso científico e tecnológico. Um novo saber científico e tecnológico deve surgir em virtude da crise planetária e civilizatória, exigindo a construção do conhecimento por meio da Educação Ambiental, onde práticas produtivas e atividades políticas intervenham na práxis educativa das relações entre o homem e a natureza.

Para Cavalheiro (2008) os problemas sócio-ambientais, econômicos e culturais emergentes na sociedade contemporânea, especialmente no Brasil, acentuam-se com o aumento e concentração da população nas áreas urbanas sem infra-estrutura adequada, bem como a implantação de indústrias potencializam os danos ambientais.

A formação de educadores e formadores de opinião através da Educação Ambiental, facilita a construção do conhecimento e saber ambiental, levando a todos os setores informações, tecnologias e práticas sustentáveis que possam agir de forma interdisciplinar e integrada entre todos os setores e atores da sociedade. Isso porque a Educação Ambiental contempla a dimensão ambiental, mas também estimula a construção de uma nova ética e comprometimento do cidadão com seu espaço de vida.

A Educação Ambiental é vista por Leff (1999, p.128) como ferramenta teórico-metodológica de uma nova racionalidade, centrada numa perspectiva de sustentabilidade, pois “a educação ambiental adquire um sentido estratégico na condução do processo de transição para uma sociedade sustentável”.

Entre os atores sociais é consenso que as diversas ciências não se comunicam, não interagem e permanecem isoladas em seus clãs. Umas não sabem das práticas das



outras de forma que nem imaginam o quanto podem trocar e se complementarem. Ressalva-se a efetivação do diálogo interdisciplinar que possibilite a realização de pesquisas e práticas voltadas à Educação Ambiental.

Para Costa (2004, p.221) a Educação Ambiental trata-se do processo de aprendizagem e comunicação de problemas relacionados à interação dos homens com seu ambiente natural. É o instrumento de formação de uma consciência por meio do conhecimento e da reflexão sobre a realidade ambiental.

Nesta perspectiva o Educador ambiental, deve ter por finalidade desenvolver atividades de Educação Ambiental, como um processo permanente e não de forma isolada. Assim como, os problemas a serem discutidos devem buscar a interação do homem com o meio ambiente.

Reigota (1994) considera a Educação Ambiental acima de tudo como uma educação política, que prepara o cidadão para a autogestão e para a reivindicação de justiça social e de ética nas relações humanas e com a natureza. O primeiro passo segundo o autor, é o conhecimento das concepções de meio ambiente por parte dos envolvidas no processo.

Capra (1982) proporciona uma reflexão profunda sobre a crise multidimensional que está causando progressiva degradação mundial, analisando-a como fruto de uma crise constituída historicamente, baseando-se numa visão de mundo fragmentada, em que os seres vivos são considerados como máquinas e a sociedade se vê em uma luta competitiva pela existência com a crença em um progresso material ilimitado. Esta crise está levando a humanidade a uma condição fundamental para a sua sobrevivência; a necessidade de uma transformação radical em suas percepções, pensamentos, valores e comportamentos, fundamentada na visão holística, sistêmica e multidisciplinar. O envolvimento das pessoas na concretização desta mudança de paradigmas só pode ocorrer através de um processo de educação efetivo e coerente com esta visão.

Lutemberger (1997) lançou um apelo desesperado a todo o complexo educacional da sociedade. Dirigindo-se aos pais, escolas do ciclo básico ao ensino superior e aos órgãos governamentais de Educação, ele pediu a aplicação urgente do esforço necessário para a necessária reeducação. Caso contrário, previu ele, em um futuro bem mais próximo que muitos pensam, nossos filhos estarão nos amaldiçoando.

A Educação Ambiental é uma forma abrangente de educação que se propõe a todos os cidadãos, inserindo a variável meio ambiente em suas dimensões física, química, biológica, econômica, política e cultural em todas as disciplinas e em todos os veículos de transmissão de conhecimento.



Principais Correntes da Educação Ambiental

Desde o início, a Educação Ambiental está sujeita a diversas tendências, tantas são as visões que têm coexistido sobre a relação sociedade – natureza. Com esta perspectiva podemos identificar duas correntes principais segundo Crespo (2000):

a) a que vê a educação como transmissão, ensino de conteúdos sistematizados ao longo de gerações, cujo principal objetivo é formar cidadãos adaptados, aptos a lidar com o sistema sócio-cultural e econômico onde se inserem;

b) a que entende a educação como aquisição de um sistema amplo e dinâmico de conhecimentos que não são adquiridos exclusivamente através da escola, ou pela grade curricular do chamado ensino formal, e que visa formar indivíduos críticos, capazes de entender o mundo e a cultura onde vivem, orientando suas ações por um padrão ético (...).

Além disso, Crespo (2000) classifica dois modelos de educação atualmente:

a) **o modelo tecnicista-profissionalizante**, voltado em seus graus superiores para as demandas do mercado de trabalho;

b) **o modelo humanista**, que enfatiza a formação individual, o dom e a vocação da pessoa, em que a ciência, a arte, a filosofia, a história, fazem parte de um legado civilizatório.

Na escola, segundo Crespo (2000), onde prevalece o modelo tecnicista, a educação ambiental tem de ser vista como disciplina ou parte de uma disciplina, e aí a Biologia e a Geografia aparecem como as disciplinas vocacionadas, são valorizados os conceitos científicos da ecologia e a natureza é vista como ‘recursos naturais’ renováveis e não renováveis. Conforme Crespo (2000) é:

na escola, onde predomina o modelo humanista, a educação ambiental tende a ser vista como uma discussão ética em primeiro plano discute-se o próprio padrão civilizatório adotado pelas sociedades ocidentais (CRESPO, 2000, p.215).

Enquanto na primeira prática educacional o discurso mediador é primeiramente e às vezes exclusivamente o científico, na segunda o discurso mediador é ético-filosófico e a ciência apenas vem reforçá-lo através dos fatos que é capaz de constituir.

O que temos hoje, em termos de uma tendência dominante na educação é a tentativa de combinar ambos os modelos. (...) há um consenso generalizado de que as escolas (...) não podem, de um lado, dar às costas a um mundo cada vez mais exigente



em termos do domínio das tecnologias e regido pela alta competitividade. (Crespo, 2000). (...) De outro, não pode permitir o engessamento da cultura nem o encurtamento das capacidades criativas.

Como situar a educação ambiental nesta tendência geral de buscar-se uma síntese entre os modelos acima mencionados?

Para Loureiro (2004) a educação ambiental convencional, está centrada no indivíduo (...). Focaliza o ato educativo enquanto mudança de comportamentos compatíveis a um determinado padrão de relações corretas com a natureza. Educação como ato comportamental pouco articulado à ação coletiva e à problematização e transformação da realidade de vida, despolitizando a práxis educativa.

A Biologização do que é social pela diluição da nossa especificidade (...). O *Homo sapiens* fica reduzido a um organismo biológico, associal e a-histórico. O resultado prático é a responsabilização pela degradação posta em um ser humano genérico, idealizado, fora da história, descontextualizado socialmente. (...) [a humanidade é responsável pela degradação planetária] numa fala que, pela ausência de concretude, fica sem efeito prático na mudança das relações sociais que conformam atual modo de ser na natureza (LOUREIRO, 2004, p.81).

A Educação Ambiental Transformadora segundo Loureiro (2004) enfatiza a educação enquanto processo permanente, cotidiano e coletivo pelo qual agimos e refletimos, transformando a realidade de vida. Baseia-se no princípio de que as certezas são relativas; na crítica e autocrítica constante e na ação política como forma de se estabelecer movimentos emancipatórios e de transformação social que possibilitem o estabelecimento de novos patamares de relações na natureza.

A educação transformadora busca redefinir o modo como nos relacionamos conosco, com as demais espécies e com o planeta explica Loureiro (2004).

Por isso é vista como um processo de politização e publicização da problemática ambiental por meio do qual o indivíduo, em grupos sociais, se transforma e à realidade.

A educação ambiental não pode ser vista separadamente do movimento histórico, mundial, que a inspira e que denominamos de ambientalismo.

O ambientalismo surge, na forma como o conhecemos hoje, na segunda metade deste século, logo após a 2ª Guerra Mundial. (...) Incorpora o conservacionismo, que é uma ideologia anterior, forjada no século XIX. Estrutura-se nos anos 60 e 70 à medida que o mundo se dá conta da degradação do ambiente e do uso predatório dos recursos naturais (CRESPO, 2000, p.216).

Para Crespo (2000), como um movimento aberto a várias influências culturais, o

ambientalismo também sofre, na construção histórica de seus argumentos, diversas clivagens ideológicas que o dividem internamente em uma grande diversidade de correntes. Duas delas, o ambientalismo pragmático ou ecologia de resultados; e o ambientalismo ideológico, ecologismo profundo ou ainda ecologismo ético. Na tabela abaixo podemos comparar as propostas destas duas correntes.

Quadro nº01 – Correntes do Ambientalismo

Ambientalismo Pragmático ou Ecologia de Resultados	Ambientalismo Ideológico ou Ecologismo Profundo
Se preocupava em frear o processo de depleção dos recursos e criar dentro dos sistemas sócio-econômicos vigentes, onde predomina o capitalismo, mecanismos que compatibilizem desenvolvimento econômico e manejo sustentável dos recursos naturais.	Se preocupava em questionar a própria relação homem-natureza historicamente dada, e de 'desconstruir' a sua racionalidade, substituí-la por outra. (...) a ideologia do abrandamento do processo de destruição não resolve (...) só uma mudança de sensibilidade, uma nova subjetividade, podem evitar uma catástrofe maior.
No Desenvolvimento Sustentável busca-se o aproveitamento dos recursos biológicos, sendo estes explorados da maneira menos prejudicial possível, conservando a natureza e permitindo a harmonia entre o desenvolvimento e a preservação.	A Sustentabilidade não deve ter como referência o sistema produtivo ou os regimes políticos, mas sim partir de estratégias que visem mudar os paradigmas de racionalidade que orientam as sociedades e os seus sistemas sócio-culturais.
O Desenvolvimento Sustentável inscreve as políticas ambientais nos ajustes da economia neoliberal para solucionar os processos de degradação ambiental e o uso racional dos recursos ambientais; ao mesmo tempo, legitimar a economia de mercado.	A Sustentabilidade implica mais do que acreditar que a saída para o limite colocado pela esgotabilidade dos recursos será a inovação tecnológica somada a mudanças no padrão de consumo

Reelaborado por PAVNOSKI 2010. a partir de BRÜSEKE (1996), CRESPO (2000) e LEFF (1994)

Que implicações tem as visões dessas duas principais correntes, ambas sustentabilistas, nas práticas de Educação Ambiental? (Crespo, 2000, p.218).

A corrente da Educação Ambiental orientada para a mudança de comportamento tende a privilegiar o instrumental 'behaviorista', ou comportamental, estabelecendo uma



relação direta entre a informação e a mudança de comportamento. Pressupõe que os indivíduos devidamente informados sobre as conseqüências danosas ou letais dos seus atos, e dominando corretamente os conceitos necessários à compreensão das relações entre o processo social e o natural, estão prontos para transformar hábitos e atitudes (CRESPO, 2000, p.218-219).

Atualmente está sendo praticada de modo associado à 'educação para a cidadania', em que as questões ambientais aparecem como componente da cultura cívica dos direitos e deveres dos cidadãos.

Ao apresentar, em 2004, a publicação nacional *Identidades da Educação Ambiental Brasileira*, o pesquisador Layargues ressalta que:

re-nomear completamente o vocábulo composto pelo *substantivo Educação e adjetivo Ambiental* (como por exemplo a Ecopedagogia) ou designar uma outra qualidade nele, mesmo para enfatizar uma característica já presente, embora ainda pouco expressiva entre os educadores ambientais (como por exemplo, a Educação ambiental Crítica, que evidencia os vínculos existentes entre a Teoria Crítica e educação ambiental), pode significar dois movimentos simultâneos, mas distintos: um refinamento conceitual fruto do amadurecimento teórico do campo, mas também o estabelecimento de fronteiras identitárias internas distinguindo e segmentando diversas vertentes (cujas fronteiras não necessariamente seja bem demarcadas), não mais exclusivamente externas ao campo da educação que não é ambiental (BRASIL, 2004, p.08).

Para Morales (2000) nesse estabelecimento das práticas, vai se construindo um contexto plural das educações ambientais como: Ecopedagogia, Educação Ambiental Crítica, Educação Ambiental Transformadora, Educação no processo de Gestão Ambiental, Alfabetização Ecológica, Educação Ambiental Popular, Educação Ambiental Formal e Educação para as Sociedades Sustentáveis.

Conforme Morin (1980), é necessária outra abordagem para que seja possível enxergar a complexidade da questão socioambiental. Uma abordagem que leve em conta o sujeito na construção do objeto, uma vez que, nos marcos do pensamento ocidental, *sujeito e objeto, natureza e sociedade* são termos que, ainda, se excluem.

Entretanto, Sato (2004); Loureiro (2004); Guimarães, (2004b) consideram que o trabalho da educação ambiental é mais complexo, amplo e torna-se crítico ao promover a compreensão da inter-relação entre as esferas econômica, política, social e ecológica da sociedade; de modo que cada indivíduo torne-se capaz de perceber seu papel e a interferência de seus atos na sociedade e no ambiente em que vive.

Nesse contexto, Morin (2006, p.64) questiona: como os cidadãos do novo milênio poderiam refletir sobre seus próprios problemas e aqueles de seu tempo?



“A exigência da era planetária é pensar sua globalidade, a relação todo-parte, sua multidimensionalidade, sua complexidade necessária para conceber o contexto, o global, o multidimensional, o complexo”. Ainda orienta que “é necessário aprender a ‘estar aqui’ no planeta. Aprender a ‘estar aqui’ significa aprender a viver, a dividir, a comunicar”. (MORIN, 2006, p. 76).

A Educação Ambiental nos Parâmetros Curriculares Nacionais

Os Parâmetros Curriculares Nacionais constituem um referencial de qualidade para a educação. Sua função é orientar e garantir a coerência dos investimentos no sistema educacional, socializando discussões, pesquisas e recomendações, subsidiando a participação de técnicos e professores.

Segundo Cavalheiro (2008) os Parâmetros Curriculares Nacionais podem funcionar como elemento catalisador de ações na busca de uma melhoria da qualidade da educação brasileira, de modo algum pretendem resolver todos os problemas que afetam a qualidade do ensino e da aprendizagem no país.

A formação da cidadania aparece no centro do processo educativo nos PCNs, o que vem ao encontro das modernas concepções da educação, que redefinem a função social da escola na construção da cidadania, incluindo a Educação Ambiental como tema a ser incluído transversalmente em todas as disciplinas.

Os PCN´s destacam que: (...) a principal função do trabalho com o tema Meio Ambiente é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade local e global. Para isso, é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e de procedimentos. E esses é um grande desafio para a educação.

O capítulo "Meio Ambiente" dos Parâmetros, aborda a crise ambiental que o mundo vive, oferece definições para o uso dos professores (como proteção, preservação, conservação, recuperação e degradação, ou elementos naturais e construídos), para então propor conteúdos de Meio Ambiente aos alunos.

Os conteúdos de Meio Ambiente ajudariam os alunos a reconhecer fatores que produzem o real bem-estar, desenvolver espírito de crítica as induções do consumismo e senso de responsabilidade e de solidariedade no uso dos bens comuns e recursos naturais, de modo a respeitar o ambiente e as pessoas da comunidade. Um alerta, no



livro dos PCN: não basta o que se propõe em sala de aula, o convívio social da criança é determinante para o aprendizado de valores e atitudes (por ex. o que fazer com o lixo).

Os PCN's são diretrizes para o professor trabalhar este tema transversal. Os temas transversais referem-se às questões contemporâneas de relevante interesse social que atingem várias áreas do conhecimento. Exigem a realização de um planejamento coletivo e interdisciplinar e a identificação dos eixos centrais do processo de ensino-aprendizagem.

Segundo Cavalheiro (2008) a transversalidade coloca um novo desafio aos professores, dando espaço para a criatividade e a inovação, possibilitando a busca de novos caminhos para o fazer pedagógico. Não só pretende tratar de forma integrada temas de relevância social, como também exige a implementação participativa e ativa dos professores e alunos. Reconhece como ponto de partida do processo de ensino-aprendizagem os conhecimentos prévios dos alunos, seus interesses e motivações e o estágio do desenvolvimento cognitivo-afetivo em que se encontram, bem como a exigência permanente da contextualização das situações educativas e a imprescindível busca da relação teoria-prática.

Conforme Medina (1996) a Educação Ambiental, como tema transversal, possibilita a opção por diferentes situações desejadas, balizadas por valores como responsabilidade, cooperação, solidariedade e respeito pela vida, integrando os conteúdos disciplinares e os temas transversais. Coloca-se dentro de uma concepção de construção interdisciplinar do conhecimento, visa a consolidação da cidadania a partir de conteúdos vinculados ao cotidiano e aos interesses da maioria da população.

A principal função do trabalho com o tema meio ambiente nos temas transversais é contribuir para a formação de cidadãos conscientes, aptos para decidirem e atuarem na realidade sócio-ambiental de um modo comprometido com a vida, com o bem-estar de cada um e da sociedade, local e global. Para isso é necessário que, mais do que informações e conceitos, a escola se proponha a trabalhar com atitudes, com formação de valores, com o ensino e a aprendizagem de habilidades e procedimentos. E esse é um grande desafio para a educação.

A Educação Ambiental no Projeto Político Pedagógico do Colégio Bom Jesus

Segundo nossas pesquisas o Colégio Estadual Bom Jesus está sempre trabalhando, de forma coletiva, na construção do seu Projeto Político-Pedagógico, a fim de definir ações educativas que possibilitem uma educação voltada à formação de indivíduos



responsáveis, críticos e atuantes.

Hoje a educação representa um grande capital para a maioria populacional em idade escolar ou não; a instituição educacional cabe promover uma educação de qualidade, contribuindo para o amplo desenvolvimento do aluno – cidadão, preparando-o para o pleno exercício da cidadania democrática.

Do ponto de vista das teorias pedagógicas este o PPP do Colégio Bom Jesus faz a abordagem e delinea-se pela contribuição do construtivismo, pela pedagogia histórico-crítica, pelo recente movimento da eco pedagogia, sem deixar de lado, um pensar a educação do futuro sob o prisma do avanço das tecnologias, do desenvolvimento sustentável, do bem social e da dignidade humana. Nós, seres humanos, somos dotados de inteligência e temos condições de modificar e reconstruir o meio em que vivemos, tornando-o adequado e satisfatório às nossas necessidades.

O PPP do colégio pesquisado prevê na prática educativa, no fazer pedagógico dos conteúdos curriculares os conhecimentos abaixo destacados:

Pensar a terra como fonte de vida, significa buscar um modelo de desenvolvimento comprometido, acima de tudo com a consciência ecológica da preservação da vida, não apenas no sentido dos cuidados com a natureza, mas no arquitetar de um novo modelo de civilização sustentável, de convivência entre todos os seres, num pensar do bem comum (ecologia integral).

A Proposta Pedagógica Curricular de Geografia - Ensino Médio

Na PPC de Geografia as únicas referências que encontramos sobre a temática foram as seguintes:

“A Natureza é o conjunto de todos os seres que formam o Universo que dependem e interagem com os fenômenos físicos (solo, água, ar, etc). Está representada por meio da vegetação terrestre e aquática, das pessoas e dos animais”.

“A apropriação do meio ambiente e de seus recursos naturais, para fins lucrativos causam problemas ambientais, e, desigualdades sociais. Com o objetivo de aumentar o lucro, o capital inventa novas tecnologias, cria organizações internacionais, provocando divisões políticas, guerras, agressão ao meio ambiente, e, exploração do homem pelo homem”.

E mais estas referências do capítulo Objetivos:



“Desenvolver o raciocínio geográfico através de análises a fatores socioeconômicos e ambientais associados ao desenvolvimento, às condições de vida e saúde das populações humanas, por meio da interpretação de diferentes indicadores”.

Programas de Educação Ambiental desenvolvidos no Colégio Bom Jesus

Todos os anos o Colégio Bom Jesus realiza atividades relacionadas a cidadania e a temática ambiental, com participação de todas as séries da escola. No ano de 2010 foram desenvolvidas atividades ambientais principalmente no mês de junho, que culminaram com as programações da Semana do Meio Ambiente:

- Dia D, com palestras de professores ou especialistas, apresentações culturais com música, teatro e paródia pelos alunos de todas as escolas municipais, estaduais e CFR`s.
- Distribuição de folders com dicas ambientais e de conscientização.
- Distribuição de mudas arbóreas.
- Durante a Semana do Meio Ambiente foram feitas reuniões e debates com Diretor da instituição com o propósito de conscientizar os alunos para a importância da preservação do meio ambiente, desde o espaço da escola até o nível global.
- Mutirão de retirada de lixo do pátio do colégio.
- Campanha de recolhimento de material (plástico e alumínio) para posterior reciclagem.
- Campanha para uso adequado das lixeiras de separação do lixo.

Na sequência veremos imagens destes trabalhos realizados na escola:

Atividades na Semana do Meio Ambiente no Colégio Bom Jesus, 2010

Foto nº 01 – Separação de lixo reciclável



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 02 – Pesagem de lixo reciclável



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 03 – Teatro sobre meio ambiente



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 04 – Lixeiras p/ separação do lixo



Autor: Loreci Pavnoski

Atividades na Semana do Meio Ambiente no Colégio Bom Jesus, 2010

Foto nº 05 – Paródia sobre meio ambiente



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 06 – Apresentação musical



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 07 – Mutirão do Lixo no Colégio



Autor: Loreci Pavnoski

Foto nº 08 – Mutirão do Lixo no Colégio



Autor: Loreci Pavnoski



Conclusão

Segundo análise do PPP e das atividades desenvolvidas na escola constatou-se que a Educação Ambiental está inserida no currículo da escola, mas sem ser uma prioridade, as atividades relacionadas ao meio ambiente estão quase todas concentradas na Semana do Meio Ambiente, e no restante do ano aparecem fragmentadas em algumas aulas de Geografia ou Biologia, porém constatou-se que os alunos são receptivos a metodologias diferentes das convencionais, como aula de campo, jogos educacionais, vídeos, oficinas, gincanas ambientais. E estão abertos a discutir assuntos da atualidade em relação à Educação Ambiental.

Atualmente a temática ambiental está cada vez mais em evidência nos meio de comunicações e no cotidiano, cabe ao educador ambiental desenvolver na educação formal um trabalho permanente de conscientização e sensibilização das questões ambientais.

Segundo Cavalheiro (2008) a educação para o meio ambiente numa visão holística, proporciona uma conectividade centrada na consciência ambiental e a escola terá que encontrar formas de trabalhar conteúdos e metodologias adequadas a este propósito. Nas aulas de Geografia a Educação Ambiental é inserida e desenvolvida por meio de módulos temáticos, onde são tratados os assuntos como cultura, modos de produção, estudo do espaço geográfico, do lugar, flora, saúde, qualidade de vida, desenvolvimento sócio-econômico, população, e política, buscando relacionar estes temas com a realidade ambiental, e contextualizando a nível local e global

Precisamos procurar uma abertura para novos campos do saber baseado na ecopedagogia, com o objetivo de desenvolver uma metodologia através do qual professores e alunos, possam construir o conhecimento voltado para uma educação ambiental, que permita transformar a escola em um local onde se exerça a cidadania e o respeito ao meio ambiente.



Sugestões para Novos Trabalhos

- A sugestão principal é que a Educação Ambiental seja incluída efetivamente no currículo da escola. A prática de Educação Ambiental a ser trabalhada deve ser através de módulos, com diferentes assuntos, como a flora, fauna, resíduos sólidos, água, política, cidadania, cultura, economia, consumo consciente. Cada módulo deve ter uma dinâmica de fechamento através de oficinas;
- organização de palestras (ao longo do ano) para firmar conceitos sobre: definições, classificação, produção, acondicionamento, coleta, e destino final dos resíduos;
- realização de práticas de educação ambiental envolvendo o tema;
- propõe-se também que sejam desenvolvidas dinâmicas de Educação Ambiental com os estudantes como: palestras sobre determinados temas ambientais; seminários; jogos educacionais.
- organização de oficinas de fotografias do meio ambiente local, pois a fotografia compõem um terreno fértil na elaboração de uma nova relação homem natureza, na consolidação de sensibilização ecológica que reconheça a importância e o valor das formas de vida, e na responsabilidade da formulação de um novo pensamento coletivo e planetário.
- organização de sessões de cinema, com filmes e documentários ligados as questões ambientais e sociais.
- organização de vistas a hortos, parques, aterros sanitários - aulas de campo com relatórios da visita, trabalhados posteriormente em sala de aula.



REFERÊNCIAS

Brasil. Secretaria de Educação Média e Tecnológica. Parâmetros Curriculares Nacionais; Ensino Médio. Brasília, 1999.

Brasil. A implantação da Educação Ambiental no Brasil. Brasília: Ministério da Educação e do Desporto: Coordenação de Educação Ambiental, 1998.

Bruseke, Franz Josef. Desestruturação e desenvolvimento in Incertezas de sustentabilidade na globalização. FERREIRA, Leila da Costa; VIOLA, Eduardo. 2. Tir. Campinas: UNICAMP, 1996.

Capra, F. O ponto de mutação. São Paulo: Cultrix, 1982.

Carvalho, I. Educação ambiental crítica: nomes e endereçamentos da educação. In: Layrargues, P. P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. (pp. 13-24). Brasília: Ministério do Meio Ambiente, 2001.

Cavalheiro, Jeferson Souza, Consciência Ambiental entre Professores e Alunos da Escola Estadual Básica Dr. Paulo Devanier Lauda: - Dissertação de Mestrado da UFSM, Santa Maria/RS, 2008.

Constituição da República Federativa do Brasil (com índice temático) - Tecnoprint, 1999.

Costa M. V. O currículo nos limiões do contemporâneo. Rio de Janeiro: DP e A, 2004.

Crespo, Samyra. *Educar para a sustentabilidade: a educação ambiental no programa da agenda 21*. In NOAL, F.O.; REIGOTA, M. & BARCELOS, V.H.L. (orgs.). Tendências da educação ambiental brasileira. Santa Cruz do Sul: EDUNISC, 2000.

Guimarães, M. (2004b). Educação ambiental crítica. In: Layragues, P. P. (Org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. (pp. 25-34). Brasília: Ministério do Meio Ambiente.

Leff, Henrique. Educação ambiental e desenvolvimento sustentável. In REIGOTA, Marcos (org.). Verde cotidiano: o meio ambiente em discussão. Rio de Janeiro: DP&A, 1999.

_____. Saber Ambiental, sustentabilidade, racionalidade, complexidade, poder. Petrópolis: Vozes, 2001.

Loureiro, Carlos Frederico Bernardo. *Educação Ambiental Transformadora*. In LAYRARGUES, Philippe Pomier (org.). *Identidades da educação ambiental brasileira*. Brasília: MMA, 2004.

Lutzenberger, José. Perniciosa Cegueira Cultural. Porto Alegre: Paper, 1997.

Medina, N. M. Amazônia: uma proposta interdisciplinar de educação ambiental. Brasília, IBAMA, 1996.

Morales, Angélica Muller. Processo de Institucionalização da Educação Ambiental. (Cadernos Temáticos da Diversidade, 1). Curitiba : SEED – PR., 2008. - 112 p.

Morin, Edgar. Os Sete Saberes necessários à Educação do Futuro. 11. ed. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2006.

_____. *O método II: a vida da vida*. 2.ed. Portugal: Publicações Europa- América, 1980.

PPP - Projeto Político Pedagógico da Escola – Construção Coletiva, Equipe Pedagógica e



Professores. Colégio Estadual Bom Jesus – Ensino Fundamental e Médio. Bom Jesus do Sul – PR, 2009.

Reigota, M. O que é educação ambiental. São Paulo: Brasiliense, 1994.

Reinfeld, N. V. Sistema de reciclagem comunitária. São Paulo, 1994.

República Federativa do Brasil. Constituição. Brasília: Senado Federal, Centro Gráfico, 1988.

Sato, M. . *Educação ambiental*. São Carlos: RIMA, 2004.

Secretaria de Educação Fundamental/ MEC. Parâmetros Curriculares Nacionais (1ª à 4ª série), Brasília, MEC/SEF, 1997.